



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, realizada no dia 06 agosto de 2008.

Realizou-se no dia 06 de agosto de 2008, às 9h00, na Sala de Reuniões do Conselho, a 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento. Compareceram os seguintes conselheiros: **Ana Cristina Pasini da Costa, Carlos Bocuhy, Luís Osório Sérgio Valentim, Neusa Marcondes, Jorge Kazuo Yamamoto, Dora Ramos e Manuel Cláudio de Souza.** Constavam da pauta: 1) aprovação das Ata da 31ª Reunião Ordinária; 2) apreciação do Plano de Trabalho para elaboração dos EIA/RIMA do empreendimento “**Centro de Gerenciamento de Resíduos-CGR**”, de responsabilidade da Estre Ambiental S/A, no Município de Sorocaba (Procs. SMA 1.152/2008). Passada meia hora do horário previsto, o Secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, declarou abertos os trabalhos nos termos da Del. Consema 18/20907 e submeteu, à aprovação a Ata da 31ª Reunião Ordinária. Passou-se à apreciação da apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “**Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Sorocaba**”, de responsabilidade da Estre Ambiental S/A, no Município de Sorocaba (Procs. SMA 1.152/2008). **Alex Schlosser**, representante da empresa Estre Ambiental, ofereceu um breve histórico sobre a empresa, suas principais obras, dando ênfase, especialmente, aos cuidados que dispensa com o meio ambiente, e, ao final, apresentou um breve vídeo institucional sobre o Instituto Estre de Responsabilidade Sócio-Ambiental. Em seguida, o **Biólogo Alexandre Martinelli**, representante da empresa Adisan Engenharia e Projetos Ltda., apresentou o Plano de Trabalho. Passou-se à discussão. O conselheiro **Carlos Bocuhy** inicialmente declarou que inúmeras vezes teceu duras críticas aos aterros sanitários, principalmente em decorrência dos significativos impactos diretos que causam às comunidades do entorno, entre eles o mau cheiro, mas que nunca fez críticas aos técnicos do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, cuja capacidade e ética reconhece, mas pretendia que este departamento se constituísse em um filtro seguro do histórico da área onde se pretende implantar os empreendimentos e da própria tipologia deles, realizando um levantamento a seu respeito, para que não ocorra o que aconteceu com o Aterro Oásis, cuja localização sequer existia. Em seguida, declarou que passaria a fazer a leitura da “Análise Crítica do Plano de Trabalho sobre o “Centro de Gerenciamento de Resíduos-CGR-Sorocaba”, a qual passa a ser transcrita: “Alternativas de Localização”– Conforme reza o Artigo 5º da Resolução Conama 01/86, é imprescindível que sejam contempladas as alternativas de localização estudadas para o empreendimento. Todavia, no Plano de Trabalho apresentado não há menção a estudos realizados em outras áreas, o que demonstra que a área proposta para o empreendimento é a melhor alternativa. “Águas Superficiais” – O Plano de Trabalho não contempla a classificação dos corpos d’água existentes na área de influência do empreendimento, embora esta classificação seja uma exigência legal. “Área de Proteção dos Mananciais” – De acordo com o Plano de Trabalho (pág. 22), futuramente serão levantados os pontos de captação de água para o abastecimento público na área de influência do empreendimento, bem como a ocorrência de áreas de proteção de mananciais. Entretanto, caso a área esteja inserida em qualquer dessas condições (nos pontos de abastecimento público ou áreas de proteção dos mananciais), este fato, por si só, já se configura em um impedimento para a construção do empreendimento. Além disso, a manifestação da Prefeitura Municipal de Sorocaba estabelece que é permitida a implantação do empreendimento na área pretendida, porém desde que fora da bacia de captação da Estação de Tratamento de Água-ETA do Éden. Vale salientar que, em nenhum momento, o Plano de Trabalho indica a localização dessa área de proteção dos mananciais. “Proximidade da Linha de Transmissão” – Conforme afirmado na página 25 do Plano de Trabalho, se forem identificados equipamentos que façam interface com o empreendimento, serão consultados os gestores e/ou órgãos responsáveis. Cabe salientar que, na área em questão, existe uma linha de transmissão, portanto, pergunta se já houve manifestação da concessionária



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de energia. “Intervenção em Área de Proteção Permanente” – Na página 64 é mencionada a drenagem de nascentes. Este aspecto extremamente relevante é tratado de forma bastante superficial. Não há indicação nas plantas apresentadas da existência de nascentes e outras áreas de preservação permanente na área de intervenção. Por este motivo perguntava como é possível se construir um aterro sanitário em cima de um lago. “Líquidos Percolados” – Na página 61 são descritos possíveis sistemas de tratamento dos líquidos percolados do empreendimento. Todavia não está esclarecido qual será seu destino final. Uma das propostas é a recirculação do chorume no aterro, o que o levava a perguntar se isto é ambientalmente seguro. Outra proposta é o encaminhamento a uma Estação de Tratamento de Esgoto externa, o que o levava a perguntar se há alguma ETE na região com tecnologia para tratar o chorume. Além disso, existe a possibilidade de lançamentos nos corpos d’água, mas não há indicação a respeito do corpo receptor para receber o chorume do aterro. Também deve ser destacado que é proposto o monitoramento dos líquidos percolados gerados no aterro. Entretanto, não há esclarecimentos mínimos sobre qual a finalidade do monitoramento. “Vizinhança” – O Plano de Trabalho não discute a presença de núcleos habitacionais no entorno do empreendimento, fato este que por si só pode tornar inviável o empreendimento. Cabe salientar a péssima qualidade da planta de localização do empreendimento, apresentada às páginas 78 do Plano de Trabalho. Até se pode supor que este subterfúgio é utilizado para não mostrar a proximidade da área dos núcleos habitacionais. “Empreendimentos co-localizados”. Considerando que a Estre já possui um aterro no município de Itapevi e, ainda, que é de conhecimento público que existem outros dois aterros em fase de licenciamento no município de Sorocaba, perguntava como a Estre explica a intenção de construir um outro aterro nesse município”. Cláudio C. Robles, assessor do conselheiro Sérgio Osório Valentim, depois de declarar que não era a pessoa escolhida para falar em nome da Associação dos Amigos do Bairro do 25, mas, sim, o Senhor Manoel Alfonso, que, por motivos de saúde, havia lhe telefonado na noite anterior pedindo-lhe que o substituísse como membro dessa associação, comentou que protocolara no DAIA e na Secretaria Executiva do Consema um documento contendo uma série de informações sobre a área na qual se pretendia implantar este empreendimento – documento este que faz parte da pasta desta reunião –, e passou a oferecer uma série de informações, entre as quais: 1) que sua localização seria ao lado da área urbana de Vilas Astúrias, Brigadeiro Tobias e Vila Tupã, que contavam com aproximadamente 30 mil habitantes e que, segundo o Plano de Zoneamento do Município, ocuparia uma área de proteção ambiental e uma área de reserva da bacia; 2) que bem próximo da área onde se pretendia implantar este aterro existiam nascentes e lagos, seis poços artesianos, quatro poços administrados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAEE, poços estes que alimentavam diretamente a rede de abastecimento dessa população, mas que os demais moradores existentes no entorno dessas área se abasteciam da água de poços caipiras e artesanais; 3) que, do ponto de vista da associação à qual pertencia, a destinação do lixo não poderia ser feita de forma separada nessa região, pois se constituiria em mais um fator de risco para o desastre ambiental já instalado no entorno da área onde se pretendia implantar esse equipamento; 4) que a Resolução SES/SERHS/SMA nº 3, de 21 de junho de 2006, cria uma série de restrições para instalações e outorgas de poços artesianos em determinadas condições potenciais de riscos ambientais, principalmente no lençol freático; 5) que, como essa resolução estabelece restrições à outorga de poços onde há condições potenciais de risco, não se poderia autorizar o funcionamento de mais uma fonte de risco, como é o caso do aterro sanitário, pois isso se constituiria em uma verdadeira irresponsabilidade ambiental; 6) que a “farra de água” nessa área também deveria ser resolvida, pois a população que aí vive corre o risco concreto de ficar sem água e sem alternativa, uma vez que a rede da SAEE não atende às necessidades de milhares de roceiros, pois há poços que já secaram e outros que continuam secando, e que, se for mantida a prospecção atual, faltará água também para os moradores, entre outros, dos Bairros Brigadeiro Tobias, Vila Astúrias e Vila Tupã; 7) que, ao se denunciar a venda de água a um funcionário do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais-DEPRN, este informou que o procedimento que adotaria seria multar essa atividade e aplicar esses recursos no meio ambiente; 8) que essa área é muito acidentada e sem atividades urbanas, não sendo provocado, nas condições atuais, qualquer tipo de agressão ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

meio ambiente, e que as empresas continuam comprando água de fornecedores clandestinos, obtida por meio da perfuração dos lençóis freáticos; 9) que os lençóis aí existentes são muito pobres, mas não são contaminados, motivo por que é neles que a Estação de Tratamento de Água dos Distrito do Éden faz a captação de água para abastecimento; 10) que, igualmente, essa área não possui estradas adequadas para suportar trânsito pesado, e a estrada de acesso para o aterro é adequada para carro-de-boi; 11) que, salvo poucas áreas de maior tamanho, o perfil das propriedades rurais existentes é em torno de 20 mil metros quadrados, pertencentes, em sua maioria, a moradores chacareiros; 12) que essa área se localiza a aproximadamente dois quilômetros da Rodovia Raposo Tavares, a oito quilômetros da Rodovia Castelinho e a doze quilômetros do centro da cidade de Sorocaba; 13) que a Prefeitura Municipal de Sorocaba contratou a empresa de consultoria Wal M, de competência reconhecida, para fazer um estudo de seis alternativas de localização para implantação de um aterro sanitário de sua responsabilidade, e os estudos realizados foram apresentados durante uma sessão da Câmara de Vereadores do Município, no primeiro trimestre deste ano, à qual esteve presente o Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente, e que existe a gravação dessa reunião; 14) que uma das alternativas de localização apresentadas nessa oportunidade foi o Bairro George Oeterer, não tendo sequer sido citado o Distrito de Brigadeiro Tobias, cuja descrição apresentada foi a seguinte: porção leste e sul, num compartimento geológico de embasamento cristalino que naturalmente impõe um relevo dessas posições mais elevadas, drenagem extensa e adensada, o que dificilmente permitiria a implantação de um aterro sanitário, pela própria condição natural do terreno; 15) que, no último dia 2 de julho, essa associação foi informada de que há alguns dias ocorreu movimentação de terra e desmatamento ao redor de um lago, área na qual existia uma nascente que teve grande parte soterrada, e que sobre estes fatos foi registrada uma ocorrência na Polícia Militar Ambiental do Estado com sede no município de Sorocaba, em 2 de julho último, cujo número é 1032; 16) que, aqui no Brasil, se poderiam adotar medidas semelhantes àquelas implementadas em Milão e Berlim e em outras cidades da Europa, onde os resíduos são dispostos em pirâmides que são dispostas em locais públicos, de modo a se constituírem verdadeiros testemunhos do que a população gera, o que, por certo, tem um teor educativo e colabora com a responsabilização na geração do lixo; 17) que os procedimentos adotados no Brasil não possuem um aspecto educativo, dado que se escondem o lixo em buracos e em locais e regiões com pouca visibilidade; 18) que, por todos esses motivos, solicitava que se considerassem todos esses aspectos quando se fosse elaborar o termo de referência para o EIA/RIMA deste empreendimento. A conselheira **Neusa Marcondes** comentou que, considerando-se que o Plano de Trabalho era uma proposta do empreendedor com vistas à elaboração do EIA/RIMA, constituindo-se, portanto, numa ferramenta, o que foi apresentado não cumpre este papel, uma vez que todas os tipos de análises que deverão ser feitas – sobre os meios físico, antrópico e biótico – já se encontram definidos. Na sua visão, ele deveria apresentar um diagnóstico, e que igualmente se torna necessário que ele contenha dados que demonstrem a viabilidade sócio-econômica, sem a qual o empreendimento não se tornaria viável, como também um planejamento ambiental. E, como mais nada foi tratado, deram-se encerrados os trabalhos. Eu, **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do Consema, lavrei a presente ata.

pfs